



NOTAS EXPLICATIVAS CONTÁBEIS

(ANEXO IV ART. 5º, III, DA DECISÃO NORMATIVA Nº 01/2025)

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CAIO MARTINS

Prestação de Contas do Exercício 2024

Dirigente Máximo: Frederico Corrêa Lima de Carvalho

Contadora Responsável: Angelita Mariana Mattoso da Cruz CRC MG-129956/O-7



TABELAS

Tabela 01 – Análise do Balanço Patrimonial	11
Tabela 02 – Caixa e Equivalente de Caixa	12
Tabela 03 – Convênios Finalizados no Exercício de 2024	12
Tabela 04 – Variações Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	13
Tabela 05 – Recursos Bloqueados em Instituições Financeiras	14
Tabela 06 – Variação de Estoques	14
Tabela 07 – Bens Móveis	15
Tabela 08 – Relação de Imóveis	16
Tabela 09 – Depreciação Acumulada dos Bens Móveis	18
Tabela 10 – Obrigações de Curto Prazo	19
Tabela 11 – Variação Fornecedores a Pagar	19
Tabela 12 – Fornecedores a Pagar: Exercício de 2023	20
Tabela 13 – Fornecedores a Pagar: Exercício de 2024	20
Tabela 14 – Composição das Demais Obrigações a Curto Prazo	21
Tabela 15 – Valores Restituíveis a Regularizar	22
Tabela 16 – Atos Potenciais: Ativos e Passivos	24
Tabela 17 – Pendências: Obrigações Contratuais	25
Tabela 18 – Ativos e Passivos Financeiros Permanentes	26
Tabela 19 – Programas e Ações	27
Tabela 20 – Receitas Orçamentárias	28
Tabela 21 – Despesas Previstas por Fonte e Ação	29
Tabela 22 – Detalhamento da Despesa Orçamentária	29
Tabela 23 – Recursos Destinados a Secretaria de Educação	30
Tabela 24 – Comparativo Restos a Pagar (2024 e 2023).....	31
Tabela 25 – Receitas Financeiras.....	32
Tabela 26 – Despesas Financeiras	33
Tabela 27 – Variações Patrimoniais Aumentativas	33
Tabela 28 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	35



SUMÁRIO

1 CONTEXTO OPERACIONAL	4
2 BASE DE PREPARAÇÃO	5
3 DIRETRIZES E POLÍTICAS CONTÁBEIS	5
3.1 Moeda Funcional	6
3.2 Caixa e Equivalentes de Caixa	6
3.3 Créditos e Valores a Curto Prazo	6
3.4 Estoques	6
3.5 Ativo Realizável a Longo Prazo e Investimentos	6
3.6 Imobilizados.....	7
3.7 Intangível	7
3.8 Depreciação dos Bens Móveis	7
3.9 Depreciação dos Bens Imóveis	8
3.10 Passivo Circulante	8
3.11 Provisões	8
3.12 Apuração do Resultado do Exercício	9
4 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS	9
5 BALANÇO PATRIMONIAL	10
5.1 Notas Explicativas: Ativo Circulante.....	12
5.1.1 Nota Explicativa 01 – Caixa e Equivalente de Caixa	12
5.1.2 Nota Explicativa 02 – Demais Valores de Curto Prazo	13
5.1.3 Nota Explicativa 03 – Estoques	14
5.2 Notas Explicativas: Ativo Não Circulante	15
5.2.1 Nota Explicativa 04 - Bens Móveis	15
5.2.2 Nota Explicativa 05 – Bens Imóveis	16
5.2.3 Nota Explicativa 06 – Bens Móveis a Desincorporar	17
5.2.4 Nota Explicativa 07 – Depreciação Acumulada de Bens Móveis	17
5.3 Notas Explicativas: Passivo Circulante	18
5.3.1 Nota Explicativa 07 – Obrigações Trabalhistas de Curto Prazo	18
5.3.2 Nota Explicativa 08 – Fornecedores a Pagar de Curto Prazo	19
5.3.3 Nota Explicativa 09 – Demais Obrigações de Curto Prazo	21
5.4 Notas Explicativas: Passivo Não Circulante	22
5.4.1 Nota Explicativa 10 – Demais Obrigações de Longo Prazo	22
5.5 Notas Explicativas: Patrimônio Líquido	23



5.5.1 Nota Explicativa 11 - Reserva de Avaliação	23
5.6 Atos Potenciais Ativos e Passivos	23
5.6.1 Notas Explicativas: Atos Potenciais Ativos e Passivos.....	24
5.6.1.1 Nota Explicativa 01 – Obrigações Conveniadas.....	24
5.6.1.2 Nota Explicativa 02 – Execução De Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	24
5.6.1.3 Nota Explicativa 03 – Obrigações Contratuais	25
5.7 Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	26
6 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	27
6.1 Receitas Orçamentárias	28
6.2 Despesas Orçamentárias	28
6.3 Restos a Pagar Inscritos do Orçamento	31
7 BALANÇO FINANCEIRO	32
7.1 Receitas Financeiras	32
7.2 Despesas Financeiras	32
8 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	33
8.1 Notas Explicativas: Variações Patrimoniais	34
8.1.1 Nota Explicativa 01 – Transferências e Delegações Recebidas	34
8.1.2 Nota Explicativa 02 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	34
8.1.3 Nota Explicativa 03 – Pessoal e Encargos	34
8.1.4 Nota Explicativa 04 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	34
8 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	35

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Educacional Caio Martins – FUCAM, inscrita no CNPJ sob o número 19.169.713/0001-01 com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, é uma fundação de direito público sem fins lucrativos, instituída pela Lei nº 6.514, de 10 de dezembro de 1974 e regida pelo Decreto nº 47.880 de 09 de março de 2020. Sua finalidade primordial é promover a educação e o desenvolvimento no campo, por meio da oferta de ensino de qualidade, que visa à valorização das comunidades rurais e à formação cidadã.

Atualmente, a Fundação Educacional Caio Martins dispõe de uma estrutura fixa composta por seis centros educacionais e oito escolas cuja gestão é compartilhada com a Secretaria de Estado de Educação, órgão ao qual está vinculada. Essa atuação abrange oito municípios do Estado de Minas Gerais: Esmeraldas, Buritizeiro, São Francisco, Riachinho, Juvenília, Januária, Conselheiro Mata e Couto de Magalhães de Minas.

Além do ensino regular, nessas localidades são oferecidos cursos técnicos e profissionalizantes, oficinas pedagógicas e projetos socioeducativos que visam incentivar o empreendedorismo e promover a geração de renda. Por meio de sua atuação, a FUCAM reafirma seu compromisso com o fortalecimento do acesso à educação no meio rural, contribuindo para a inclusão social, a qualificação profissional e a melhoria das condições de vida das comunidades assistidas.

Excetuando-se os casos eventuais de alienação de bens próprios, a Fundação Educacional Caio Martins não dispõe receitas próprias sendo suas atividades financiadas por repasses de recursos financeiros provenientes do Estado de Minas Gerais por meio dos quais busca implementar ações necessárias para a consecução de seus objetivos institucionais.

Conforme será apresentado a seguir, no exercício de 2024, a FUCAM demonstrou um desempenho orçamentário, financeiro e patrimonial compatível com o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) sob a perspectiva contábil o que indica a adoção de uma gestão orçamentária apropriada, responsável e eficiente.

Estas e outras informações relevantes a respeito da Fundação Educacional Caio Martins relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas em seu sítio eletrônico www.fucam.mg.gov.br.

2 BASE DE PREPARAÇÃO

As Demonstrações Contábeis que integram a Prestação de Contas Anual de 2024 da Fundação Educacional Caio Martins compreendem o registro das ações desenvolvidas durante o exercício de 2024 e abrangem a totalidade dos valores executados, tanto aqueles oriundos de dotação orçamentária própria quanto os recursos recebidos por meio de transferências de convênios.

O Balanço Patrimonial, o Balanço Orçamentário, a Demonstração da Variação Patrimonial e a Demonstração do Fluxo de Caixa, extraídos da base de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais em 27 de fevereiro de 2025 (com ressalva ao item “3.9 Depreciação de Bens Imóveis”), em conjunto com suas respectivas notas explicativas concernentes ao exercício de 2024, atestam sua conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP) vigentes. A elaboração observou as diretrizes estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 2024, 11ª Edição, e respeitou rigorosamente as disposições da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Orçamentária Anual nº 24.678/2024.

As demonstrações contábeis da Fundação Educacional Caio Martins – FUCAM, relativas ao exercício de 2024, e suas notas explicativas corroboram a conformidade das demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2024, apresentando de forma adequada e fidedigna a situação orçamentária, financeira e patrimonial da entidade.

3 DIRETRIZES E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A contabilidade da Fundação Educacional Caio Martins é executada pela Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças por intermédio de sua Gerência de Planejamento, Orçamento e Finanças que dentre suas principais atribuições destaca-se a responsabilidade acerca da regularidade e registro de atos e fatos contábeis conforme art. 18 do Decreto n.º 47.880 de 09/03/2020 que contém o Estatuto da Fundação.

Assim como os demais órgãos que compõem o Governo do Estado de Minas Gerais, a FUCAM utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI como ferramenta para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao registro, acompanhamento e controle de sua execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil.

Nesse Contexto, serão apresentados a seguir os principais critérios e políticas contábeis adotadas no âmbito desta Fundação, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

3.1 Moeda Funcional

A moeda utilizada para a mensuração e evidenciação das demonstrações contábeis é o Real.

3.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo destinados a execução dos convênios ainda vigentes durante o exercício, bem como equivalentes, que representam os recursos financeiros mantidos nas contas de movimentações da unidade de tesouraria da Fundação, provenientes em sua maioria da receita obtida através da alienação de bens próprios em leilões realizados pela Secretaria de Estado Planejamento e Gestão – SEPLAG e de movimentações transitórias relacionados a devolução de adiantamentos a servidores respectivamente. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

3.3 Créditos e Valores a Curto Prazo

Referem-se, na sua maioria, ao valor total dos créditos financeiros a serem recebidos pela unidade executora da Fundação pelo Tesouro Estadual (unidade central), com a finalidade de efetuar o pagamento das obrigações relacionadas a salários e restos a pagar. Essa conta também inclui os recursos indisponíveis em instituições financeiras, especificamente das contas mantidas no Banco do Brasil, devido a bloqueios judiciais.

3.4 Estoques

Compreendem os materiais de consumo necessário para o desenvolvimento das atividades educacionais e socio produtivas da Fundação Educacional Caio Martins armazenados nos almoxarifados de cada unidade. Os bens são registrados no estoque por meio do Sistema de Administração de Materiais - SIAD com base no valor de aquisição. Para fins de baixas, saídas e avaliação dos itens a mensuração é realizada considerando o custo médio ponderado.

3.5 Ativo Realizável a Longo Prazo e Investimentos

De acordo com as demonstrações contábeis apresentadas, a Fundação Educacional Caio Martins não possui recursos aplicados em investimentos e créditos a receber de longo prazo.

3.6 Imobilizados

A conta de imobilizado é composta pelos bens móveis e imóveis mantidos pela Fundação, isto é, são os bens duráveis como por exemplo, utensílios, computadores, ferramentas, fazendas e edificações utilizados continuamente para prestação de serviço e demais atividades administrativas do órgão. Esses ativos são mensurados com base no valor de aquisição e classificados em contas segregadas estando sujeitos a depreciação no decorrer de sua vida útil econômica limitada dos itens durante o período.

Os bens móveis são registrados e gerenciados através do Sistema de Administração de Materiais – SIAD no ato de recebimento pelos responsáveis de cada unidade de estoque e para os imóveis, foi criado o “Módulo de Gestão de Imóveis SIAD” que por sua vez possibilita aos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional a gestão do cadastro e de processos relacionados ao patrimônio imobiliário próprio e de terceiros sob sua responsabilidade conforme disposto no Decreto nº 46.467, de 28/03/2014. Os registros realizados a respeito desses ativos são totalmente integrados ao Sistema de Administração Financeira – SIAFI.

3.7 Intangível

Conforme informações extraídas de suas demonstrações contábeis, a Fundação Educacional Caio Martins não dispõe de ativos intangíveis.

3.8 Depreciação dos Bens Móveis

Para apuração do valor dos bens móveis, a Fundação adota a metodologia do custo de reposição depreciado conforme determina Decreto nº 47.754, de 14/11/2019 que estabelece regras para a reavaliação geral dos materiais permanentes dos órgãos e das entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

A partir dessa legislação, a estrutura de depreciação tornou-se uma rotina automatizada no Sistema de Administração de Materiais – SIAD atualizando os valores conforme os seus parâmetros como valor de reposição, estado de conservação e vida útil. Desse modo o cálculo da depreciação se inicia no mesmo dia que o bem é colocado em condições de uso e os registros contábeis relativos a esses bens são atualizados de forma integrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais - SIAFIMG, gerenciado pela Secretaria de Estado de Fazenda.

Entretanto, na instrução dos processos de desfazimento de bens por alienação via doação, cabe a Fundação Educacional Caio Martins por meio de sua Comissão de Reavaliação de Bens, proceder com a avaliação dos itens a fim de evitar inconsistências entre o valor calculado pelo sistema e o valor de mercado. Caso seja identificadas quaisquer distorções, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão deve ser acionada para fins de ajustes.

3.9 Depreciação dos Bens Imóveis

A Fundação Educacional Caio Martins, segue a Política de Gestão de Ativos Imobiliários do Estado de Minas Gerais instituída pelo Decreto nº 48.280, de 08/10/2021 com a finalidade de reduzir as despesas de manutenção promover a redução despesas, contribuir com o incremento de receitas e promover o melhor aproveitamento do patrimônio imobiliário de domínio do Estado, de suas autarquias e de suas fundações.

De acordo com a referida norma, para avaliação dos bens imóveis são admitidas as metodologias fundamentadas no valor venal, no valor de mercado ou no valor de referência para fins de alienação onerosa e aplicáveis em situações específicas, sendo imprescindível a emissão de laudo técnico, fato que corrobora com as diretrizes estabelecidas pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 2024, 11ª Edição.

A contrário dos bens móveis, não existe uma rotina automatizada de depreciação aplicada aos imóveis que possuam vida útil limitada. Visto que o atualmente Estado de Minas Gerais não dispõe de legislação específica que defina a periodicidade e os métodos de abordagem para cálculo de depreciação, a apuração do valor de desvalorização de seus imóveis só é possível a partir da realização de avaliações, salvo melhor juízo.

No que diz respeito ao reconhecimento das avaliações, não houve uma adaptação no controle patrimonial da Fundação Caio Martins, bem como nos demais órgãos da Administração Pública Direta e nas Autarquias do Poder Executivo Estadual, no que tange ao adequado registro da conta “2. 3. 6. 1. 1. 01 - RESERVA DE AVALIAÇÃO”, em conformidade com os preceitos estabelecidos nos itens 54 a 56 da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado. Em decorrência disso, todos os registros de aumentos ou diminuições relativos à reavaliação de seus bem imóveis realizados a partir do ano de 2021 permanecem irregulares.

3.10 Passivo Circulante

O passivo circulante da Fundação Educacional Caio Martins engloba às contas de Pessoal a Pagar, Fornecedores e Contas a Pagar e Demais Obrigações de Curto Prazo como os depósitos de terceiros, de conta caução e demais outros valores restituíveis.

3.11 Provisões

No caso desta Fundação, as provisões correspondem ao valor previsto para o pagamento de precatórios de sua responsabilidade sendo definidas no ano exercício anterior conforme relação aprovada pelo TJMG- Tribunal de Justiça de Minas Gerais, e atualizada consoante a Resolução 303/2019 do CNJ, até 2 de abril de 2023. Essa relação de precatórios é encaminhada a Fundação pela Advocacia Geral do Estado – AGE para inclusão de proposta orçamentária do valor devido para seu exercício financeiro subsequente.

3.12 Apuração do Resultado do Exercício

O orçamento da Fundação Educacional Caio Martins é executado por meio de sua Unidade Executora 2160001 de acordo com as diretrizes oriundas do Plano Plurianual (PPAG), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), na qual as receitas são previstas e as despesas fixadas,

Conforme preconiza o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 2024, 11ª Edição, o resultado patrimonial corresponde à diferença entre o valor total das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas da entidade, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais ao final do exercício. Nesse sentido, os registros contábeis referentes às VPA (Variações Patrimoniais Aumentativas) e VPD (Variação Patrimonial Diminutivas) e a Apuração do Resultado do Exercício da Fundação são realizadas em concordância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e demais legislações vigentes.

4 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações contábeis do setor público possuem como finalidade fornecer aos seus usuários informações pertinentes à situação financeira, patrimonial, orçamentária dos entes públicos em determinado período ou exercício financeiro. Além de favorecer a governança no setor público e o controle social, tais informações visam apoiar o processo de tomada de decisão por parte dos gestores públicos, bem como possibilitar a avaliação de seu desempenho pelos órgãos de controle competentes.

Os resultados gerais do exercício de 2024 da Fundação Educacional Caio Martins foram apurados e demonstrados (todos os valores expressos em reais) no Balanço Patrimonial, no Balanço Orçamentário, incluídos os Demonstrativos de Execução dos Restos a Pagar Não Processados e o de Restos a Pagar Processos Liquidados, no Balanço Financeiro, na Demonstração das Variações Patrimoniais e na Demonstração dos Fluxos de Caixa acompanhados de suas respectivas notas explicativas, de acordo com os padrões da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro.

5 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial configura-se como uma demonstração contábil fundamental, retratando a posição financeira e patrimonial da entidade por meio da exposição de seus direitos e obrigações. Sua finalidade abrange a identificação das mutações patrimoniais ao longo do período, bem como a evidenciação, sob perspectivas qualitativa e quantitativa, da situação patrimonial da Fundação. Este objetivo é alcançado mediante a utilização de contas que espelham o patrimônio público sob sua responsabilidade e os eventos potenciais decorrentes de sua gestão.

A análise dos resultados da Fundação baseou-se na identificação dos valores e/ou percentuais mais expressivos de suas contas contábeis. Para tanto, foram aplicados procedimentos de revisão analítica, abrangendo a comparação horizontal entre os exercícios de 2024 e 2023, com o objetivo de identificar variações significativas, e a análise vertical, visando determinar o peso relativo de cada item nos demonstrativos financeiros.

A estrutura do Ativo da Fundação Educacional Caio Martins majoritariamente composta pelo Ativo Não Circulante (94,29%), com destaque para o Imobilizado, que representa a maior parte desse montante sendo este item constituído 95,35% por imóveis próprios utilizados nas atividades operacionais da Fundação. Conforme a Tabela 1 - Análise do Balanço Patrimonial, o Imobilizado não apresentou variações significativas em 2024 em relação ao ano anterior. Em contrapartida, o Ativo Circulante, correspondente a 5,71% do ativo total, registrou uma redução de 30,09% no mesmo período.

A conta representativa dos passivos demonstrou uma redução percentual significativa de 70,33% no exercício de 2024, em comparação com 2023. Este decréscimo foi motivado principalmente pela variação expressiva observada na conta 2.1 PASSIVO CIRCULANTE, que corresponde a 42,30% do total das obrigações da instituição. A análise comparativa dos exercícios financeiros demonstra uma modificação na estrutura do Passivo, que em 2023 era predominantemente formado por obrigações de curto prazo (68,97%). Concomitantemente, o Passivo Circulante apresentou uma redução de 44,79%.

De maneira geral, constata-se que não ocorreram alterações significativas no patrimônio da Fundação Caio Martins no exercício de 2024 em relação ao exercício de 2023 tendo em vista que houve uma redução de apenas 2,67% em seu valor total.

Para uma melhor compreensão dos fatos, a seguir serão apresentados os extratos dos demonstrativos contábeis, acompanhados de suas respectivas notas explicativas.

Tabela 01 - Análise do Balanço Patrimonial

ATIVO						
ESPECIFICAÇÃO	NE	EXERCÍCIO 2024	AV (%)	AH (%)	EXERCÍCIO 2023	AV (%)
ATIVO CIRCULANTE		6.099.767,79	5,71%	-30,09%	8.725.357,16	7,95%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	01	885.904,46	0,83%	-27,72%	1.225.653,92	1,12%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	02	1.044.252,18	0,98%	-63,88%	2.891.262,95	2,63%
ESTOQUES	03	4.169.611,15	3,90%	-9,52%	4.608.440,29	4,20%
ALMOXARIFADO		4.169.611,15	3,90%	-9,52%	4.608.440,29	4,20%
ATIVO NÃO CIRCULANTE		100.715.807,54	94,29%	-0,30%	101.018.794,99	92,05%
IMOBILIZADO		100.715.807,54	94,29%	-0,30%	101.018.794,99	92,05%
BENS MÓVEIS	04	5.929.524,82	5,55%	-1,28%	6.006.422,40	5,47%
BENS MOVEIS	05	6.302.566,79	5,90%	-1,29%	6.384.644,37	5,82%
(-) BENS MOVEIS A INCORPORAR POR TRANSFERENCIA	06	-373.041,97	-0,35%	-1,37%	-378.221,97	-0,34%
BENS IMÓVEIS		96.031.279,50	89,90%	0,00%	96.031.279,50	87,50%
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	07	-1.244.996,78	-1,17%	22,19%	-1.018.906,91	-0,93%
TOTAL DO ATIVO		106.815.575,33	100,00%	-2,67%	109.744.152,15	100,00%
PASSIVO						
ESPECIFICAÇÃO	NE	EXERCÍCIO 2024	AV (%)	AH (%)	EXERCÍCIO 2023	AV (%)
PASSIVO CIRCULANTE		283.760,00	42,26%	-81,82%	1.560.852,69	68,97%
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		233.308,85	34,75%	-4,98%	245.542,89	10,85%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		797,08	0,12%	-99,93%	1.192.858,55	52,71%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		49.654,07	7,39%	-59,45%	122.451,25	5,41%
PASSIVO NAO CIRCULANTE	08	387.727,49	57,74%	-44,79%	702.229,38	31,03%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		387.727,49	57,74%	-44,79%	702.229,38	31,03%
TOTAL DO PASSIVO		671.487,49	100,00%	-70,33%	2.263.082,07	100,00%
PATRIMONIO LIQUIDO						
ESPECIFICAÇÃO	NE	EXERCÍCIO 2024	AV (%)	AH (%)	EXERCÍCIO 2023	AV (%)
DEMAIS RESERVAS	09	1.620.667,48	1,53%	0,00%	1.620.667,48	1,51%
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	10	1.620.667,48	1,53%	0,00%	1.620.667,48	1,51%
RESULTADOS ACUMULADOS		104.523.420,36	98,47%	-1,26%	105.860.402,60	98,49%
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO	11	106.144.087,84	100%	-1,24%	107.481.070,08	100,00%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO		106.815.575,33			109.744.152,15	

5.1 Notas Explicativas do Ativo Circulante

5.1.1 Nota Explicativa 01 – Caixa e Equivalente de Caixa

Tabela 02 – Caixa e Equivalente de Caixa

CÓDIGO	CONTA	2024	2023	AH (%)
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	885.904,46	1.225.653,92	-27,7%
1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	243.899,22	-100,0%
1.1.1.1.1.10	APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	81.762,70	-100,0%
1.1.1.1.2.01.01	RECURSOS DE CONTAS ARRECADADORAS	747,30	2.691,47	-72,2%
1.1.1.1.2.01.02	CONTAS DE MOVIMENTACAO INTERNA - CMI/CIT	885.157,16	897.300,53	-1,4%

No exercício de 2024, a conta 1. 1. 1 “CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA”, que representa as disponibilidades imediatas da Fundação, concentra aproximadamente 100% de seu saldo alocado na conta 1. 1. 1. 1. 2. 01. 02 CONTAS DE MOVIMENTAÇÃO INTERNA CMI/CIT. Esta conta abriga as receitas arrecadadas da fonte 47, provenientes da alienação de bens móveis, através de leilões regularmente realizados pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG. Nos exercícios anteriores, essa conta também acumulava os recursos provenientes da fonte 60, uma vez que se eram realizadas vendas de produtos agropecuários nos Centros Educacionais, situação que não se verifica na atualidade.

A redução de 27,7% na conta "Caixa e Equivalente de Caixa" em relação ao exercício de 2023 deve-se, em grande parte, à execução dos convênios ainda vigentes durante o exercício de 2024 cujos recursos representados pelas contas 1. 1. 1. 1. 1. 02 "BANCOS CONTA MOVIMENTO" e 1. 1. 1. 1. 1. 10 “APLICAÇÕES FINANCEIRAS” eram mantidos em contas no Banco do Brasil. Trata-se dos três convênios federais listados na tabela abaixo que não haviam sido executados em sua totalidade no ano de 2023 e foram finalizados no exercício de 2024.

Tabela 03 – Convênios Finalizados no Exercício de 2024

CONVÊNIO FEDERAL	OBJETO	VIGÊNCIA	PRESTAÇÃO DE CONTAS
901702/2020	MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA FUCAM PARA O ATENDIMENTO A AGRICULTORES FAMILIARES	23/09/2024	08/11/2024
918311/2021	PROTEÇÃO DE NASCENTE E CERCAMENTO DE NASCENTE DO CÓRREGO CONCEIÇÃO NA VILA CONCEIÇÃO NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE RIACHINHO.	13/12/2023	25/03/2024
919449/2020	IMPLANTAÇÃO DE APIÁRIOS PARA PRODUÇÃO E COLETA DE MEL, APOIANDO AGRICULTORES FAMILIARES.	30/09/2024	01/11/2024

Já a redução do saldo na 1.1.1.1.2.01.01 “RECURSOS DE CONTAS ARRECADADORAS” de 72,2% está atrelada ao não recolhimento da quantia para a conta interna antes do encerramento do exercício

de 2023. Em geral esses valores estão associados a arrecadação de receitas relacionadas a devolução de adiantamentos por parte dos servidores, como de diárias de viagens não realizadas como é o caso do valor demonstrado no ano de 2024. Posterior ao encerramento, a referida conta foi regularizada.

5.1.2 Nota Explicativa 02 – Demais Valores de Curto Prazo

A variação de 63,88% na conta 1. 1. 3 “DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO” entre os exercícios de 2023 e 2024 é justificada, em sua essência, pelo saldo liquidado e não realizado na conta 1. 1. 3. 8. 1. 08 “RECURSOS PARA EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES” no exercício de 2023. Este montante refere-se ao convênio de saída n.º 9371358, firmado no ano de 2022 com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas – IFNMG cujo cadastro foi inserido de maneira inadequada no Sistema de Gestão de Convênios e Parcerias – SIGCON. Em virtude desta inadequação, o referido instrumento foi cancelado, e o saldo a executar foi devidamente regularizado.

Tabela 04 – Variações Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

CÓDIGO	CONTA	2024	2023	AH (%)
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.044.252,18	2.891.262,95	-63,88%
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	747,30	16.338,10	-95,43%
1.1.3.8	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	1.043.504,88	2.874.924,85	-63,70%
1.1.3.8.1.08	RECURSOS PARA EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	0,00	1.000.000,00	-100,00%
1.1.3.8.1.09	RECURSOS BLOQUEADOS/INDISPONÍVEIS-INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	26.807,31	0,00	-
1.1.3.8.2	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	1.016.697,57	1.874.924,85	-45,77%

Outra variação significativa no Ativo Circulante da Fundação está associada a queda de 45,77% na conta 1.1.3.8.2 “OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - INTRA OFSS”. Observa-se que, para o ano de 2024, ocorreu uma redução no montante total dos créditos financeiros a serem recebidos do Tesouro Estadual, destinados ao cumprimento das obrigações de curto prazo. Tal situação se deve ao fato de que, no ano de 2024, o saldo de restos a pagar foi inferior em comparação ao ano anterior.

Não obstante, no exercício de 2024 o Ativo Circulante também foi impactado com o registro de recursos bloqueados em processos judiciais com Requisição de Pequeno Valor (RPV) na conta 1.1.3.8.1.09 “RECURSOS BLOQUEADOS/INDISPONÍVEIS-INSTITUIÇÃO FINANCEIRA” composta pelos valores conforme valores descritos na tabela abaixo. A instância pontua que alguns já haviam sido quitados administrativamente quando foram bloqueados e por esse motivo foi encaminhada

solicitação de restituição para a Justiça, através da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais – AGE.

Tabela 05 – Recursos Bloqueados em Instituições Financeiras

DATA	VALOR	PROCESSO	STUAÇÃO
19/09/2024	12.438,81	517114680202181	AGUARDA RESTITUIÇÃO DO VALOR PELA JUSTIÇA
19/09/2024	185,3	517114680202181	
19/09/2024	3.414,21	517114680202181	
28/11/2024	31,38	517114680202181	
05/11/2024	10.737,61	410918891200481	BAIXA DO SALDO BLOQUEADO EM PROCESSO DE CONTABILIZAÇÃO
TOTAL			26.807,31

A conta 1. 1. 3. 1 "ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS", refere-se ao adiantamento concedido a servidor ao final do ano de 2024 para uma viagem que, por sua vez, foi cancelada, resultando na necessidade de devolução do valor. Contudo, a devolução não foi realizada antes do encerramento do exercício, permanecendo pendente de prestação de contas para os registros contábeis pertinentes. A variação percentual negativa de 95,43% evidencia que, no ano de 2023, o montante de baixas de adiantamentos não realizadas foi superior ao do exercício de 2024.

5.2.3 Nota Explicativa 03 – Estoques

Os estoques da Fundação Educacional Caio Martins contêm os materiais de consumo empregados nas atividades diárias de seus servidores, os quais são relacionados à manutenção dos espaços, bem como aqueles destinados à execução de projetos educacionais e sócio produtivos.

Conforme demonstrado pela análise horizontal, houve uma redução de 9,52% nos estoques disponíveis no exercício de 2024, quando comparados ao ano de 2023. Essa redução pode ser explicada pelo baixo quantitativo de compras de materiais de consumo, pela baixa de insumos inapropriados para uso e ajustes de sistema durante o período. Já o aumento de 76,04% representado na conta "1.1.5.6.1.02 MEDICAMENTOS E PRODUTOS LABORATORIAIS" se deve a aquisição de vacinas para os semoventes que compõem o patrimônio da Fundação.

Tabela 06 – Variação de Estoques

CÓDIGO	CONTA	2024	2023	AH (%)
1.1.5	ESTOQUES	4169611,15	4608440,29	-9,52%
1.1.5.6.1.01	MATERIAL DE CONSUMO	4144179,16	4593993,3	-9,79%
1.1.5.6.1.02	MEDICAMENTOS E PRODUTOS LABORATORIAIS	25431,99	14446,99	76,04%

5.2 Notas Explicativas do Ativo Não Circulante

5.2.1 Nota Explicativa 04 - Bens Móveis

A Comissão de Inventário, instituída por meio da Portaria FUCAM nº 18/2024, publicada em 29 de novembro de 2024, em cumprimento ao Decreto nº 48. 934, de 1º de novembro de 2024, que versa sobre o encerramento do exercício financeiro do mesmo ano, apresentou em seus relatórios os seguintes saldos, em conformidade com a conta contábil.

Tabela 07 – Bens Móveis

CONTA AUXILIAR	ELEMENTO ITEM DESPESA	2024
5202	ANIMAIS DE TRABALHO, PRODUCAO E / OU REPRODUCAO	106636,91
5204	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DE USO INDUSTRIAL	796609,32
5205	EMBARCACOES, PONTOES, DIQUES, FLUTUANTES E COMP. ESTRUTURAS	5000,28
5206	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO E TELEFONIA	19072,31
5207	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	1874115,59
5208	EQUIPAMENTOS DE SOM, VIDEO, FOTOGRAFICO E CINEMATOGRAFICO	303638,30
5209	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ODONTOLOGICOS E DE LABORATORIO	11958,48
5210	FERRAMENTAS, EQUIP. E INSTRUMENTOS P/ OFICINA, MEDICAO E INSPECAO	86832,19
5211	INSTRUMENTOS DE LABORATORIO, MEDICOS E ODONTOLOGICOS	707,19
5212	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS USO ADMINISTRATIVO	164044,23
5213	MATERIAL ESPORTIVO E RECREATIVO	177138,49
5214	MOBILIARIO	1421128,68
5216	TRATORES, SIMILARES E IMPLEMENTOS	327334,88
5217	VEICULOS	536925,30
5218	COLECAO E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	49,85
5219	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	303278,54
5220	EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA ELETRONICA	427,00
5222	ESTRUTURAS E COMPONENTES	111350,58
5225	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	46513,74
5226	EQUIPAMENTOS DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	6478,00
5299	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	3326,93
TOTAL		6302566,79

Embora a conta 1. 2. 3. 1. 1. 01, referente a BENS MÓVEIS, não tenha apresentado variações significativas no exercício de 2024, é oportuno ressaltar que a maior parte de seu saldo está concentrada nos itens 5207, 5214 e 5215, os quais correspondem, respectivamente, aos equipamentos de informática, ao mobiliário e às máquinas, aparelhos e utensílios de uso industrial.

5.2.2 Nota Explicativa 05 – Bens Imóveis

Em consonância com o Decreto Estadual nº 46. 467, de 28/03/2014, que dispõem sobre a gestão de imóveis patrimoniais no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Minas Gerais, os bens imóveis pertencentes à Fundação foram devidamente registrados no Módulo de Imóveis do Sistema de Administração de Materiais – SIAD. Esse registro está em conformidade com os dados extraídos dos artigos 22 e 23 da Lei Estadual nº 6. 514, de 10 de setembro de 1974, que trata da lei de criação do órgão.

A conta contábil 1. 2. 3. 2 BENS IMÓVEIS da Fundação Educacional Caio Martins é constituída por um total de 12 (doze) imóveis de propriedade da instituição, distribuídos da seguinte maneira: 10 (dez) fazendas, 01 (um) terreno e 01 (uma) sala comercial. Esses imóveis estão classificados em três subcontas, de acordo com os distintos itens de despesa como estabelecido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, a saber: 6101 - TERRENOS, 6102 - SALAS E ESCRITÓRIOS e 6103 – FAZENDAS, conforme tabela a seguir:

Tabela 08 – Relação de Imóveis FUCAM

CÓDIGO IMÓVEL	ELEMENTO ITEM	IMÓVEL	VALOR
012766-2	6103-FAZENDAS	FAZENDA SANTA TEREZA	9715067,00
012771-2	6103-FAZENDAS	FAZENDA SÍTIO NOVO	1066590,00
012772-0	6103-FAZENDAS	FAZENDA SANTA BOA VIAGEM	451500,00
012774-6	6103-FAZENDAS	FAZENDA PAULISTA	1545727,50
012775-3	6103-FAZENDAS	FAZENDA CONCEIÇÃO	6929920,00
012777-9	6103-FAZENDAS	FAZENDA SÃO JOÃO DO BOQUEIRÃO	474876,00
012780-3	6103-FAZENDAS	FAZENDA ESCOLA CAIO MARTINS	11193422,00
012782-9	6101-TERRENOS	CEB_SEDE ADMINISTRATIVA	55449574,40
012798-5	6103-FAZENDAS	FAZENDA BREJO DOS ANJICOS E SEDE_CESF	8665668,00
012808-2	6103-FAZENDAS	FAZENDA BOM SUCESSO	354240,00
012810-8	6103-FAZENDAS	FAZENDA CANABRAVA	46907,10
012811-6	6102-SALAS	SALAS EDIFÍCIO ACAIACA	137787,00
TOTAL			96031279,50

Com exceção do imóvel identificado pelo código 012811-6, correspondentes às salas do Edifício Acaiaca, situado nesta capital, os bens imóveis da Fundação são destinados a abrigar suas unidades, isto é, os Centros Educacionais localizados nos municípios de Esmeraldas, Buritizeiro, Januária, Juvenília, Riachinho e São Francisco.

Ne que o registro desses bens foi efetuado sem a devida atualização monetária e reavaliação apropriada, permanecendo dessa forma até o final do exercício de 2022, quando a gestão da época constituiu uma Comissão com o objetivo de regularizar e realizar a avaliação dos imóveis. Em relação aos valores de reavaliação estabelecidos pela referida Comissão, informamos que, no momento, o quadro de servidores da Fundação Educacional Caio Martins

não dispõe de profissionais dotados de competência técnica necessária para análise da metodologia empregada.

Entretanto, no intuito de assegurar a transparência das demonstrações financeiras e uma gestão patrimonial eficaz, este órgão realizará de forma oportuna, uma nova avaliação de seu patrimônio por meio da contratação de empresa especializada conforme disposto no art. 12 do Decreto n.º 48.280, de 08/10/2021, que institui a Política de Gestão de Ativos Imobiliários no Estado de Minas Gerais,

5.2.3 Nota Explicativa 06 – Bens Móveis a Desincorporar

Trata-se de conta redutora do ativo e seu saldo se refere à soma dos saldos dos valores dos lotes de leilões realizados no período compreendido entre 2020 e 2024, nos quais as baixas não foram devidamente registradas no Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços do Estado de Minas Gerais – SIAD refletindo nas informações obtidas no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

O processo de regularização aguarda tratativas atualmente em análise pela equipe da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais – SEPLAG, órgão encarregado dos procedimentos de alienação por meio de leilão e da baixa dos bens arrematados. A certificação dos saldos, bem como toda a documentação pertinente, será anexada ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI, com o intuito de possibilitar um acompanhamento mais eficaz pelas equipes envolvidas.

5.2.3 Nota Explicativa 07 – Depreciação Acumulada de Bens Móveis

A partir da publicação do Decreto nº 47.754, de 14/11/2019, a depreciação dos bens móveis dos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Minas Gerais ocorre de maneira automatizada através da metodologia de Custo de Reposição Depreciado com Ross-Heidecke e seu cálculo é iniciado após a primeira movimentação do bem do almoxarifado permanente para uma unidade usuária.

Nesse contexto a tabela a seguir demonstra a depreciação acumulada dos bens móveis da Fundação Educacional Caio Martins entre os exercícios financeiros de 2023 e 2024 por conta contábil/elemento item:

Tabela 09 – Depreciação Acumulada dos Bens Móveis

CONTA AUXILIAR	ELEMENTO ITEM DE DESPESA	2024	2023
5202	ANIMAIS DE TRABALHO, PRODUCAO E / OU REPRODUCAO	-56092,84	-52796,02
5204	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DE USO INDUSTRIAL	-114959,66	-91308,06
5205	EMBARCACOES, PONTOES, DIQUES, FLUTUANTES E COMP. ESTRUTURAIS	-927,52	-740,20
5206	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO E TELEFONIA	-6629,75	-5302,67
5207	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	-451405,66	-398011,73
5208	EQUIPAMENTOS DE SOM, VIDEO, FOTOGRAFICO E CINEMATOGRAFICO	-6848,55	-6777,99
5209	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ODONTOLOGICOS E DE LABORATORIO	-5978,40	-4782,72
5210	FERRAMENTAS, EQUIP. E INSTRUMENTOS P/ OFICINA, MEDICAO E INSPECAO	-2264,59	-1480,15
5211	INSTRUMENTOS DE LABORATORIO, MEDICOS E ODONTOLOGICOS	-216,18	-178,74
5212	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS USO ADMINISTRATIVO	-46141,03	-37043,89
5213	MATERIAL ESPORTIVO E RECREATIVO	-2684,49	-1869,21
5214	MOBILIARIO	-221525,27	-180401,49
5216	TRATORES, SIMILARES E IMPLEMENTOS	-136414,87	-109079,23
5217	VEICULOS	-169481,35	-112540,39
5218	COLECAO E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	-23,37	-18,45
5219	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	-10721,44	-8569,12
5220	EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA ELETRONICA	-380,88	-380,88
5222	ESTRUTURAS E COMPONENTES	-11019,00	-6611,40
5299	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	-1281,93	-1014,57
TOTAL		-1244996,78	1018906,91

5.3 Notas Explicativas do Passivo Circulante

5.3.1 Nota Explicativa 07 – Obrigações Trabalhistas de Curto Prazo

O saldo de R\$ 233. 308,85, apresentado na conta 2. 1. 1 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO, refere-se ao total de vencimentos a serem pagos aos servidores ativos, somado a contribuição patronal que é recolhida no mês subsequente, ambos relativos à competência de 12/2024. Este valor foi apropriado por meio da folha com previsão de pagamento no mês de janeiro de 2025.

A variação negativa de 36,16% relacionada a conta 2.1.1.4 que abrange os encargos sociais a pagar se deve ao cancelamento das ordens de pagamento de números 342 e 343 no valor de R\$ 8.334,14 e R\$ 416,70 respectivamente devido à ausência da ordenação das despesas, sendo esses pagamentos regularizados posteriormente.

Tabela 10 – Obrigações de Curto Prazo

CÓDIGO	CONTA	2024	2023	AH (%)
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	233.308,85	245.542,89	-4,98%
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	218.430,94	222.238,51	-1,71%
2.1.1.4	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	14.877,91	23.304,38	-36,16%

5.3.2 Nota Explicativa 08 – Fornecedores a Pagar de Curto Prazo

Observa-se, no exercício findo de 2024, uma acentuada diminuição no saldo da conta 2.1.3 FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO, com uma variação negativa de 99,93% em comparação com o exercício de 2023. A relevância desta alteração é ainda mais evidente ao analisar a sua participação relativa no passivo circulante da instituição. Constata-se que, ao término de 2023, esta conta perfazia 76,42% das obrigações de curto prazo, ao passo que, em 2024, sua representatividade restringiu-se a 0,28%, conforme documentado na tabela que se segue.

Tabela 11 – Variação Fornecedores a Pagar

CÓDIGO	CONTA	2024	AV (%)	AH (%)	2023	AH (%)
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	283.760,00	0,28%	-99,93%	1.560.852,69	76,42%
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	797,08			1.192.858,55	

Durante o ano de 2023 a Fundação Educacional Caio Martins vivenciou um cenário de instabilidade institucional motivado pela tramitação do PL nº 359/2023 (de março a junho de 2023) e pela posterior sanção da Lei Estadual nº 24.358/2023, a qual implementou uma reestruturação administrativa da instituição com a redução de cargos e recomposição de pessoal.

Este período foi caracterizado pela disrupção de fluxos de trabalho, perda de informações e sobrecarga das equipes, fatores que influenciaram adversamente os processos de pagamentos, resultando em atrasos e erros de registros.

Em face do exposto, constatou-se, ao encerramento do exercício de 2023, o rol de pendências de pagamento a fornecedores que se segue:

Tabela 12 – Fornecedores a Pagar: Exercício de 2023

CNPJ	VALOR	CREDOR
051.472.976-77	-70,00	TÚLIO MARTINS GLICÉRIO
02.491.558/0001-42	-4219,38	LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS SA
05.340.639/0001-30	-2962,83	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
08.235.765/0001-12	-116317,00	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
10.727.655/0001-10	-1000000,00	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS
17.238.122/0001-13	-1088,25	MERCADÃO DO PRODUTOR DE JANUÁRIA
17.263.096/0001-83	-1207,92	MERCEARIA INDIANÁPOLIS
17.281.106/0001-03	-222,63	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
29.979.036/0001-40	-430,50	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
33.224.254/0001-42	-1193,72	MGS MINAS GERAIS ADM E SERVIÇOS SA
34.730.933/0001-56	-59950,00	RAFISA SERVICOS E LOCACOES LTDA
76.535.764/0001-43	-5045,32	OI SA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
83.483.230/0001-86	-151,00	SELBETTI TECNOLOGIA LTDA
TOTAL		-1192858,55

Dentre os montantes referenciados, destaca-se o valor de R\$ 1.000.000,00, referente à liquidação do Convênio de Saída nº 9371358, celebrado no exercício de 2022 com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas – IFNMG.

Conforme apontado na “Nota Explicativa 02 – Demais Valores de Curto Prazo”, a rescisão desta parceria decorreu da inviabilidade de sua execução financeira, uma vez que a efetivação do pagamento estava condicionada à interveniência de um ente distinto daquele originalmente cadastrado. Sendo assim, o referido saldo não configurava uma obrigação propriamente dita, sendo esta pendência devidamente sanada no exercício subsequente.

Em virtude da otimização da eficiência e dos fluxos operacionais, ao término do exercício de 2024, a Fundação registrou um saldo remanescente de apenas R\$ 797,08 na conta 2.1.3 FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO, conforme detalhado a seguir:

Tabela 13 - Fornecedores a Pagar: Exercício de 2024

CNPJ	VALOR	CREDOR
06.981.180/0001-16	-598,84	CEMIG DISTRIBUIÇÃO SA
17.281.106/0001-03	-198,24	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
TOTAL		797,08

5.3.3 Nota Explicativa 09 – Demais Obrigações de Curto Prazo

No exercício findo de 2024, a conta 2.1.8 DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO da Fundação evidenciou uma variação percentual negativa de 59,45% em relação ao exercício precedente. Em termos de estrutura patrimonial, as demais obrigações de curto prazo representam 17,50% do passivo circulante e 7,39% do passivo total da entidade. A composição da referida conta contábil encontra-se detalhada na tabela abaixo:

Tabela 14 – Composição das Demais Obrigações a Curto Prazo

CÓDIGO	CONTA	2024	2023	AH (%)
2.1.8	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	49.654,07	122.451,25	-59,4%
2.1.8.8.1.03	CONTRIBUICOES/ RETENCOES/ DESCONTOS INSTITUTOS/ ENTIDADES DE PREVIDENCIA	11.120,64	18.923,08	-41,2%
2.1.8.8.1.04	CAUCOES E GARANTIAS DIVERSAS - EXECUCAO CONTRATUAL	256,18	216,00	18,6%
2.1.8.8.1.08	DEPOSITOS DE TERCEIROS	22.807,74	21.852,23	4,4%
2.1.8.8.1.14	DEVOLUCAO DE PAGAMENTO - FOLHA DE PESSOAL	0,00	1.125,01	-100,0%
2.1.8.8.1.16	CONTRIBUICOES AO RPPS/ FFP-MG/FUNFIP	0,36	0,00	
2.1.8.8.1.88	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	15.469,15	13.294,94	16,4%
2.1.8.9	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	67.039,99	-100,0%

Para uma análise mais aprofundada das subcontas que compõem o seu saldo, torna-se pertinente esclarecer que:

- A conta 2.1.8.8.1.03 CONTRIBUICOES/ RETENCOES/ DESCONTOS INSTITUTOS/ ENTIDADES DE PREVIDENCIA registra a consignação da contribuição previdenciária devida ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG), referente à competência de dezembro de 2024. Esta apropriação contábil foi efetuada por meio da folha de pagamento nº 64/2024, com previsão de desembolso financeiro durante o mês de janeiro de 2025.
- O valor constante na conta 2.1.8.8.1.04 CAUCOES E GARANTIAS DIVERSAS - EXECUCAO CONTRATUAL diz respeito ao depósito de caução contratual efetuado pela ABASTEK AUTOMACAO LTDA, em observância às disposições do edital do RP nº 29/2019 e ao Art. 56, § 2º, da Lei nº 8.666/1993. A garantia, com validade de 33 meses, estava vinculada ao contrato firmado. Dada a interrupção da vigência contratual, o valor será devolvido à empresa fornecedora.
- A conta 2.1.8.8.1.08 DEPOSITOS DE TERCEIROS é composta predominantemente por receitas arrecadadas via Documento de Arrecadação Estadual (DAE), provenientes do arremate de bens em leilões (fonte 47) promovidos pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) durante o exercício de 2022. Constatou-se que essas receitas foram classificadas indevidamente como depósitos de terceiros. Os demais valores registrados referem-se à

devolução de adiantamentos de diárias de viagens, adiantamentos concedidos e ressarcimentos de proventos recebidos indevidamente por servidores. Observa-se que a devolução desses recursos ocorreu por meio de DAes emitidos com código de receita própria, configurando uma impropriedade que demanda regularização mediante a restituição dessas receitas ao Tesouro Estadual. Nesse sentido, cabe informar que os ajustes necessários serão implementados ao longo do exercício de 2025, sob a orientação dos órgãos competentes (SEPLAG e Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – SEFMG).

- d) Já o saldo representado na conta contábil 2.1.8.8.1.88 OUTROS VALORES RESTITUIVEIS registra as consignações cuja apropriação contábil ocorre via folha de pagamento, com pagamento programado para o mês subsequente. Não obstante, constataram-se saldos pendentes originados nos exercícios de 2017, 2022 e 2023 conforme descrito a abaixo:

Tabela 15 – Valores Restituíveis a Regularizar

EXERCÍCIO	CNPJ	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2017	21.461.546/0001-10	MUNICÍPIO DE JANUÁRIA/MG	-304,32
2022	04.356.302/0001-58	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CAIO MARTINS	-559,70
2023	18.715.383/0001-40	MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE/MG	-2,89
VALOR TOTAL		866,91	

Com o intuito de viabilizar a regularização do saldo em questão, seja mediante quitação ou baixa, iniciou-se o processo de conciliação para a determinação da gênese dos débitos, sendo necessário o levantamento dos procedimentos específicos para o recolhimento em face do prazo de 60 meses.

- e) Na análise comparativa das contas componentes das demais obrigações de curto prazo do passivo circulante da Fundação, a maior variação entre os exercícios de 2023 e 2024 é observada na conta 2.1.8.9 OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO. O montante de R\$ 67.039,99, registrado ao término do exercício de 2023, concerne às notas fiscais de aquisição de bens permanentes vinculados aos convênios em execução durante o referido período. No transcorrer do exercício de 2024, a quitação e a contabilização dessas notas fiscais foram realizadas de forma adequada e conclusiva.

5.4 Nota Explicativa: Passivo Não Circulante

5.4.1 Notas Explicativas 10 – Demais Obrigações de Longo Prazo

As demais obrigações de longo prazo da Fundação Educacional Caio Martins estão relacionadas a subconta 2.2.8.9.1.01.05.02 SENTENÇA JUDICIAL-PRECATÓRIOS POSTERIORES A LRF cujo saldo se refere ao somatório dos valores dos precatórios contabilizados conforme com os documentos encaminhados pela Advocacia Geral do Estado a todas as Unidades Orçamentárias que

apresentaram precatórios em aberto no término do exercício financeiro a partir de comunicado publicado no jornal Minas Gerais. A atualização dessa provisão é realizada diretamente pela Secretaria de Estado de Fazenda com a finalidade de ajustar o saldo contábil do Passivo Exigível de Longo Prazo do Estado de Minas Gerais.

5.5 Nota Explicativa: Patrimônio Líquido

5.5.1 Nota Explicativa 11 - Reserva de Avaliação

Conforme mencionado na “Nota Explicativa 05 – Bens Imóveis”, entre os exercícios de 2022 e 2023 a Fundação registrou no Módulo de Gestão de Imóveis do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (SIAD) a atualização dos valores resultantes da avaliação de seus imóveis. Contudo, o reconhecimento dos aumentos e diminuições relacionadas à reavaliação de seus ativos foram contabilizados diretamente no resultado de 2023, isto é, em desacordo com os itens 54 a 56 da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado. Isso porque, após a alteração da Norma, não houve adaptação nos sistemas utilizados pelo Governo do Estado de Minas Gerais para o efetivo registro da conta “2. 3. 6. 1. 1. 01 - RESERVA DE AVALIAÇÃO”.

Apesar de deter autonomia gerencial sobre os imóveis de sua propriedade e a responsabilidade pela atualização dos dados no Módulo de Gestão de Imóveis do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (SIAD), a Fundação Educacional Caio Martins não possui a prerrogativa para realizar os ajustes necessários decorrentes de falhas na integração dos sistemas. Sua atuação restringe-se ao registro dos processos de avaliação, baixa e cadastro no Portal de Imóveis MG, cujos lançamentos refletem-se diretamente nas demonstrações contábeis, sem demandar intervenções adicionais.

Importante ressaltar que a realização de manutenções, implementações e desenvolvimentos de rotinas constantes em procedimentos orçamentário, financeiro, patrimonial e contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI MG é de responsabilidade da Superintendência Central de Contadoria Geral/SEF conforme o Decreto n.º 39.601 de 19/05/1998, que tratou da criação do Grupo Especial de Gerenciamento do SIAFI – GERSIAFI. Nesse contexto, a Secretaria de Estado de Fazenda informou aos órgãos que os ajustes serão brevemente realizados.

5.6 Atos Potenciais Ativos e Passivos

As contas de compensação evidenciam atos potenciais, ativos e passivos, com potencial impacto no patrimônio da entidade. Em consonância com o § 5º do art. 105 da Lei Federal nº 4.320/1964, essas contas registram bens, valores e obrigações não integrantes do ativo e passivo, mas com possibilidade de afetar, direta ou indiretamente, o patrimônio.

A variação demonstrada no valor total dos Atos Potenciais Ativos está relacionada aos recursos destinados a execução dos convênios federais cuja execuções foram finalizadas ao longo o

exercício de 2024. Já os Atos Potenciais Passivos, que representam as obrigações contratuais da Fundação, apresentaram uma alteração menos relevante no considerando o mesmo período.

Tabela 16 – Atos Potenciais: Ativos e Passivos

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - (LEI Nº 4.320/1964)			
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO 2024	EXERCÍCIO 2023	AH (%)
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	0,00	248.731,77	-100%
TOTAL DOS ATOS POTENCIAS ATIVOS	0,00	248.731,77	-100%
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO 2024	EXERCÍCIO 2023	AH (%)
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	3.151.279,21	3.146.848,43	0,14%
TOTAL DOS ATOS POTENCIAS PASSIVOS	3.151.279,21	3.146.848,43	0,14%

5.6.1 Notas Explicativas: Atos Potenciais Ativos e Passivos

5.6.1.1 Nota Explicativa 01 – Obrigações Conveniadas

Em se tratando dos atos potenciais passivos, o saldo de R\$ 1.000.000,00 demonstrado na conta contábil 7.1.2.2.1 OBRIGAÇÕES CONVENIADAS se refere ao valor de repasse relativo ao convênio nº 2161000917/2024 firmado entre a Fundação Educacional Caio Martins e o Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia Do Norte De Minas Gerais durante o exercício de 2024. A finalidade desse convênio é a “Prestação De Serviço Educacional do IFNMG FIC-Microempreendedor Individual - MEI para Assistidos Dos Centros Educacionais/Escolas Estaduais Vinculadas à FUCAM e Trabalhadores/Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social Atendidos pela FUCAM” sendo sua vigência de 02/07/2024 À 31/08/2025. É necessário salientar que, além do órgão concedente e conveniente, esse convênio conta com a figura da parte interveniente para o repasse financeiro tendo em vista que o Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia Do Norte De Minas Gerais não possui lastro orçamentário para execução. Nesse caso a interveniência é de responsabilidade da Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Ensino Tecnológico – FADETEC.

5.6.1.2 Nota Explicativa 02 – Execução De Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres

Em relação à execução dos atos potenciais ativos, observa-se que o saldo de R\$ 416.321,02, correspondente ao valor executado dos convênios durante suas respectivas vigências, não foi baixado antes do término do exercício de 2024. Isso ocorreu porque as prestações de contas desses instrumentos foram finalizadas neste ano. Esse montante, registrado na conta

8.1.1.2.1.02.04 DIREITOS CONVENIADOS PAGO/ RESTITUÍDO/ TRANSFERIDO EXECUÇÃO CONTRAPARTIDA CONVÊNIO/ BLOQUEADO), será devidamente regularizado.

5.6.1.3 Nota Explicativa 03 – Obrigações Contratuais

A execução dos atos potenciais passivos está diretamente atrelada a soma das obrigações contratuais previstas para os contratos de fornecimento e serviços da Fundação. O saldo total dessas obrigações mencionadas corresponde a R\$ 3.151.279,21, sendo R\$ 2.756.915,33 referente aos contratos de serviço (87,48%) e R\$ 394.363,88 (12,41%) destinados ao pagamento dos contratos de fornecimento firmados pela instituição.

Entretanto, R\$ 844.285,55 desse montante corresponde a contratos de serviços cujas vigências foram finalizadas sem o devido cadastro dos Termos de Encerramento no Portal de Compras MG, ou seja, 26,79% das obrigações contratuais da Fundação estão em desconformidade no que diz respeito a sua demonstração. A maior parte dessa quantia, isto é, R\$ 811.692,84 diz respeito aos contratos corporativos geridos pela Diretoria Central de Gestão de Contratos da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG. Tendo em vista que o encerramento desses instrumentos é de responsabilidade da unidade gestora, a Fundação não possui autonomia para promover o ajuste dos atos.

Durante o exercício de 2024, a Diretoria Central de Gestão de Contratos foi acionada no intuito de regularizar os lançamentos contábeis referente aos contratos pendentes de encerramento, no entanto a Fundação foi informada por meio do Ofício SEPLAG/SUBCOMP/SCATC-DCGCON nº. 824/2024 que devido a pendências de execução relativas a outros órgãos participantes, os contratos ainda não podem ser encerrados. Sendo assim, os saldos permanecerão como “execução dos atos potenciais passivos” conforme tabela abaixo até que as referidas pendências sejam solucionadas.

Tabela 17 – Pendências: Obrigações Contratuais

CONTRATO	FORNECEDOR	UNIDADE GESTORA	VALOR	VIGÊNCIA
9162740	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS-PRODEMGE	1501563 - DIRETORIA CENTRAL DE GESTAO DE CONTRATOS	3303,00	De 14/11/2017 a 13/11/2018
9238323	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS-PRODEMGE	1501563 - DIRETORIA CENTRAL DE GESTAO DE CONTRATOS	4637,90	De 21/12/2019 a 20/12/2020
9074722	MGS MINAS GERAIS ADMINISTRACAO E SERVICOS SA	1501563 - DIRETORIA CENTRAL DE GESTAO DE CONTRATOS	803751,94	De 02/08/2016 a 01/08/2021
VALOR TOTAL			811692,84	

5.7 Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Conforme define a Lei nº 4.320/1964, art. 105, § 1º e 3º os Ativos Financeiros compreendem créditos e valores, enquanto os Passivos Financeiros englobam dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis. A realização dos ativos e o pagamento dos passivos financeiros são independentes de autorização orçamentária. A variação negativa dos Ativos e Passivos Financeiros observada em relação ao ano de 2023 está ligada a redução nas contas de Crédito Empenhado a Liquidar e Restos a Pagar Não Processados no encerramento do exercício de 2024.

Tabela 18 – Ativos e Passivos Financeiros Permanentes

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - (LEI Nº 4.320/1964)			
ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO 2024	EXERCÍCIO 2023	AH (%)
ATIVO FINANCEIRO	1.929.409,34	4.100.578,77	-52,95%
ATIVO PERMANENTE	104.886.165,99	105.643.573,38	-0,72%
TOTAL DO ATIVO	106.815.575,33	109.744.152,15	-2,67%
PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO 2024	EXERCÍCIO 2023	AH (%)
PASSIVO FINANCEIRO	1.029.559,71	2.142.633,00	-51,95%
PASSIVO PERMANENTE	387.727,49	702.229,38	-44,79%
TOTAL DO PASSIVO	1.417.287,20	2.844.862,38	-50,18%
SALDO PATRIMONIAL	105.398.288,13	106.899.289,77	-1,40%

Por outro lado, os Ativos e Passivos Permanentes – que representam, respectivamente, bens, créditos e valores, e dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujas movimentações dependem de autorização legislativa – tiveram suas variações de saldo detalhadas nos itens 5.2 Notas Explicativas do Ativo Não Circulante e 5.4 Nota Explicativa: Passivo Não Circulante.

6 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Este relatório apresenta a análise do Balanço Orçamentário da Fundação Educacional Caio Martins (FUCAM) referente ao exercício de 2024, em conformidade com as normas e legislações vigentes, incluindo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a Lei nº 4.320/1964 e a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) 13.

A elaboração deste relatório baseou-se na análise comparativa entre as receitas e despesas orçamentárias previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 24.678, de 17 de janeiro de 2024, e os valores efetivamente realizados durante o exercício. As receitas foram reconhecidas pelo regime de caixa, enquanto as despesas foram registradas no momento do empenho, em observância à legislação aplicável.

Tabela 19 – Programas e Ações

PROGRAMA - PPAG 2024/ 2027	AÇÕES
104 - ENFRENTAMENTO À VULNERABILIDADE NOS TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO DA FUCAM	4515 - MANUTENÇÃO DA OPERAÇÃO DOS CENTROS EDUCACIONAIS
	4285 - INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA EM TERRITÓRIOS DE ALTA VULNERABILIDADE SOCIAL
	4277 - ATENDIMENTO NO ENSINO FUNDAMENTAL EM TERRITÓRIOS DE ALTA VULNERABILIDADE SOCIAL
	4282 - ATENDIMENTO NO ENSINO MÉDIO EM TERRITÓRIOS DE ALTA VULNERABILIDADE SOCIAL
	4283 - EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA E PARA O MUNDO DO TRABALHO EM TERRITÓRIOS DE ALTA VULNERABILIDADE SOCIAL
705 - APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	2500 - ASSESSORAMENTO E GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
	7004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS

O orçamento da Fundação Educacional Caio Martins (FUCAM) para o exercício de 2024 compreende cinco ações estratégicas, integralmente alinhadas aos programas estabelecidos no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2024-2027. Este plano, atualizado pela Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 24.678, de 17 de janeiro de 2024, define as diretrizes orçamentárias para o referido exercício, conforme detalhado no quadro subsequente. A concepção e revisão das ações que compõem o PPAG, incluindo a definição de indicadores e metas físicas, são conduzidas de forma colaborativa entre a Gerência de Planejamento, Orçamento e Finanças (GPOF) da FUCAM e a Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças.

6.1 Receitas Orçamentárias

Para o exercício financeiro de 2024, a previsão orçamentária de receitas da Fundação Educacional Caio Martins (FUCAM) totalizou R\$ 3.724.603,00, com a predominância da Fonte 24 (Recursos de Convênio). Destes recursos, 89,88% foram destinados ao financiamento de despesas correntes, enquanto 9,99% foram alocados para bens de capital, ambos visando a execução de ações voltadas à inclusão socioprodutiva.

Entretanto, a receita efetivamente realizada no exercício de 2024 alcançou o montante de R\$ 61.126,00, representando 1,64% da previsão orçamentária. Este valor é proveniente da fonte 01.1, vinculado à execução do convênio. Informa-se que a diferença entre o valor previsto e o realizado decorre da não efetivação do repasse dos recursos previstos relativos à fonte 24. Cumpre informar que a FUCAM não possui receitas próprias, exceto quando ocorre a alienação de bens próprios por meio leilões promovidos pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Tabela 20 - Receitas Orçamentárias

DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA	RECEITA REALIZADA
RECEITAS CORRENTES	3360643,00	61126,00
RECEITAS DE CAPITAL	373960,00	
TOTAL	3734603,00	61126,00

6.2 Despesas Orçamentárias

No exercício financeiro de 2024, a Fundação Educacional Caio Martins (FUCAM) teve uma previsão de despesas orçamentárias no montante de R\$ 24.207.841,00. A maior parte dos recursos previstos, correspondente a 74,31% do valor total de despesas foi alocada na Fonte 10 com IPU (identificador de procedência e uso) 1, destinada as despesas atreladas a missão institucional pagamento de pessoal. Já os valores previstos nas fontes 10.3, 10.7 e 10.9 correspondem respectivamente ao repasse de contrapartida de convênios, ao pagamento de ajuda de custos e demais auxílio e precatórios e sentenças judiciais do órgão.

Tabela 21 – Despesas Previstas por Fonte e Ação

FONTE/ IPU	AÇÃO							TOTAL POR FONTE
	4515	2500	4285	4277	4282	4283	7004	
10.1	2183806,00	6971025,00	1401506,00	181534,00	181534,00	7069794,00		17989199,00
10.3			34079,00					34079,00
10.7		829149,00	187773,00			1042118,00		2059040,00
10.9							390920,00	390920,00
60.1								0,00
47.1		1000,00						1000,00
24.1			3431603,00					3431603,00
1.1			302000,00					302000,00
TOTAL							24207841,00	

Entretanto o valor da despesa autorizada para o exercício de 2024 foi de R\$ 17.680.480,04, correspondendo a um percentual de 73,04% em relação a quantia prevista inicialmente. A tabela apresenta o detalhamento da despesa orçamentária da Fundação Educacional Caio Martins (FUCAM) para o exercício de 2024, discriminando os valores em diferentes estágios: Cota Inicial, Cota Aprovada, Despesas Empenhadas e Despesas Pagas.

Tabela 22 – Detalhamento da Despesa Orçamentária

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	COTA INICIAL	COTA APROVADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	22746466,00	16218893,85	7660641,39	6683273,34
DESPESAS CORRENTES	21945192,00	15665935,54	7480643,08	6616725,08
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8681456,00	4.598777,12	3170723,51	2996312,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13263736,00	11067158,42	4309919,57	3620413,08
DESPESAS DE CAPITAL	801274,00	552958,31	179998,31	66548,26
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1461375,00	1461586,19	801540,77	799003,18
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1461375,00	801329,58	798791,99
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		211,19	211,19	211,19
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	24207841,00	17680480,04	8462182,16	7482276,52
TOTAL	24207841,00	17680480,04	8462182,16	7482276,52

Observa-se que as despesas foram categorizadas em 'DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)' e 'DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)'. Dentro das 'DESPESAS (EXCETO

INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)', destacam-se as 'DESPESAS CORRENTES', subdivididas em 'PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS' (referentes a salários, encargos e outras obrigações trabalhistas) e 'OUTRAS DESPESAS CORRENTES' (abrangendo gastos com contratos de serviços, materiais de consumo, água, energia elétrica, e outras despesas operacionais). Adicionalmente, a tabela apresenta as 'DESPESAS DE CAPITAL', destinadas a investimentos em bens duráveis, como equipamentos e outras melhorias patrimoniais.

Cumpre destacar que, durante o exercício de 2024, a Fundação procedeu-se à anulação de R\$ 1.998.556,00 do valor da despesa autorizada em favor da Secretaria de Estado da Educação, com o objetivo de formalizar termos de compromisso junto às unidades escolares cuja gestão é compartilhada consigo, conforme Decreto n.º 47.880/2020 que trata do estatuto do órgão.

Os termos de compromisso mencionados visam a manutenção e custeio das escolas, execução dos projetos educacionais promovidos pela instituição além de beneficiar os alunos assistidos com alimentação escolar. Este montante anulado representa 11,30% da cota aprovada total para despesas.

Tabela 23 – Recursos Destinados a Secretaria de Educação

ANULAÇÕES ORÇAMENTO FUCAM 2024 - SEE		
DATA	AÇÃO	VALOR
14/06/2024	4515	R\$ 555.944,00
14/06/2024	4283	R\$ 334.100,00
26/06/2024	4515	R\$ 58.000,00
17/07/2024	4515	R\$ 26.000,00
17/07/2024	4283	R\$ 13.200,00
31/07/2024	4515	R\$ 13.000,00
06/11/2024	4285	R\$ 117.000,00
06/11/2024	4283	R\$ 56.610,00
13/11/2024	4283	R\$ 604.302,00
20/12/2024	4283	R\$ 220.400,00
TOTAL		R\$ 1.998.556,00

A análise da execução orçamentária propriamente dita revela que, do montante total aprovado para despesas, a Fundação teve um aproveitamento de 47,86%. Se incluídas as anulações relativas aos recursos executados através da celebração dos termos de compromisso intermediada pela Secretaria de Estado de Educação, foram efetivamente executados R\$ 10.460.738,16, correspondendo a 59,17%.

6.3 Restos a Pagar Inscritos do Orçamento

Os Demonstrativos de Restos a Pagar Processados e Não Processados evidenciam os compromissos assumidos com terceiros pela Fundação Educacional Caio Martins, relativos a despesas continuadas acobertadas por notas de empenhos emitidas em 2024, cuja execução e pagamento desses serviços e fornecimentos ocorreram durante o exercício de 2024.

Esses cancelamentos decorrem, principalmente, da diferença entre o que realmente foi executado e o que foi empenhado com despesas estimadas tais como com pessoal, fornecimento de água, energia elétrica, serviços telefônicos, serviços de correios, manutenção predial, dentre outras.

Em 2024, foi inscrito em RPNP o montante de R\$ 745.799,71 para pagamento no exercício de 2025. Essas inscrições referem-se a contratos firmados pela FUCAM, abrangendo serviços prestados em dezembro de 2024, incluindo aqueles de natureza contínua. A fase de liquidação da despesa não pôde ser executada, pois a competência ainda não havia sido encerrada e, consequentemente, o objeto não havia sido integralmente entregue.

Além disso, foram inscritos R\$ 234.105,93 em RPP, sendo a maior parte desse saldo referente ao processamento da folha de pagamento de dezembro de 2024 cujo pagamento é realizado no mês subsequente (janeiro de 2025) e aos respectivos encargos. Em relação ao exercício de 2023, a inscrição de restos a pagar obteve uma variação negativa de 53,03%, conforme tabela a seguir:

Tabela 24 – Comparativo Restos a Pagar (2024 e 2023)

RESTOS A PAGAR	2024	AV (%)	2023	AH (%)	AV (%)
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	234.105,93	23,89%	1504353,18	-84,44%	72,11%
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	745.799,71	76,11%	581780,31	28,19%	27,89%
TOTAL RESTOS A PAGAR	979.905,64	100,00%	2086133,49	-53,03%	100,00%

7 BALANÇO FINANCEIRO

Em consonância com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o Balanço Financeiro demonstra/ as receitas e despesas orçamentárias realizadas, conjuntamente com os ingressos e dispêndios de natureza extraorçamentária. Adicionalmente, este demonstrativo evidencia a movimentação dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, apresentando o saldo inicial do exercício precedente e o saldo final transferido para o exercício subsequente.

7.1 Receitas Financeiras

O Balanço Financeiro da Fundação Educacional Caio Martins (FUCAM) registrou, no exercício de 2024, um montante de ingressos totais de R\$ 22.265.683,13, com a seguinte composição: 0,27% referente a receitas orçamentárias, 21,06% correspondente a recebimentos extraorçamentários, 73,16% proveniente de transferências financeiras recebidas e 5,50% relativo ao saldo em espécie do exercício anterior.

A discriminação sintética dos recursos recebidos durante o ano de 2024 é apresentada no quadro subsequente.

Tabela 25 – Receitas Financeiras

DESCRIÇÃO	SALDO	AV (%)
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	61.157,38	0,27%
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	4.688.436,49	21,06%
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	16.290.435,34	73,16%
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.225.653,92	5,50%
TOTAL	22.265.683,13	100,00%

7.2 Despesas Financeiras

O Balanço Financeiro da Fundação Educacional Caio Martins (FUCAM) registrou, no exercício de 2024, um montante total de dispêndios de R\$ 22.265.683,13, com a seguinte distribuição: 38,01% referentes a despesas orçamentárias, 16,40% correspondentes a pagamentos extraorçamentários, 41,50% relativos a transferências financeiras concedidas, 0,12% concernentes a outras movimentações e 3,98% correspondentes ao saldo em espécie para o exercício subsequente, conforme detalhado no quadro que se segue:

Tabela 26 – Despesas Financeiras

DESCRIÇÃO	SALDO	AV (%)
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	8.462.182,16	38,01%
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	3.651.166,15	16,40%
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	9.239.623,05	41,50%
OUTRAS MOVIMENTAÇÕES	26.807,31	0,12%
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	885.904,46	3,98%
TOTAL	22.265.683,13	100,00%

8 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Conforme descrito no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 2024, 11ª Edição as Demonstrações de Variações Patrimoniais evidenciam as alterações verificadas no patrimônio da entidade, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicam o resultado patrimonial do exercício. Na tabela a seguir são apresentadas as Variações Patrimoniais da Fundação ao final do exercício de 2024 juntamente com suas respectivas notas explicativas.

Tabela 27 - Variações Patrimoniais Aumentativas

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA				
DESCRIÇÃO	NE	EXERCÍCIO 2024	AV	EXERCÍCIO 2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		31,38	0,00%	0
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	01	16.351.561,34	85,29%	21.947.249,71
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	02	2.448,18	0,01%	113.020.004,31
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		2.817.645,36	14,70%	4.340.038,77
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		19.171.686,26		139.307.292,79
RESULTADO PATRIMONIAL - DÉFICIT VERIFICADO		1.336.982,24		0,00
TOTAL GERAL		20.508.668,50		139.307.292,79
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA				
DESCRIÇÃO	NE	EXERCÍCIO 2024	AV	EXERCÍCIO 2023
PESSOAL E ENCARGOS	03	3.912.252,26	19,08%	6.517.086,77
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		8.906,28	0,04%	7.884,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		2.825.796,67	13,78%	2.950.456,74
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		4.595,14	0,02%	810,3
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		10.239.623,05	49,93%	11.439.577,57
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	04	35.813,42	0,17%	17.110.672,23
TRIBUTÁRIAS		48.351,23	0,24%	60.862,90
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		3.433.330,45	16,74%	5.804.491,45
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		20.508.668,50		43.891.841,96
RESULTADO PATRIMONIAL - SUPERÁVIT VERIFICADO		0,00		95.415.450,83
TOTAL GERAL		20.508.668,50		139.307.292,79

8.1 Notas Explicativas: Variações Patrimoniais

8.1.1 Nota Explicativa 01 – Transferências e Delegações Recebidas

No exercício de 2024, as “TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS” construídas em sua maioria pelas transferências intra governamentais, ou seja, os créditos recebidos pelo Tesouro Estadual ao longo do ano correspondem a 85,29% da conta que representa as Variações Patrimoniais Aumentativas da Fundação Educacional Caio Martins. Se comparada ao ano de 2023, observa-se uma variação percentual negativa de 34,22% que pode ser explicada pela reestruturação administrativa da instituição decorrente do Lei Estadual nº 24.358/2023.

8.1.2 Nota Explicativa 02 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação De Passivos

Esse saldo trata-se principalmente do resultado proveniente da avaliação dos imóveis da Fundação realizada conforme detalhado na 5.2.2 Nota Explicativa 05 – Bens Imóveis referente ao Balanço Patrimonial, o que corrobora com a variação expressiva do ano de 2023 para 2024 e impacta diretamente no resultado superavitário do último ano.

8.1.3 Nota Explicativa 03 – Pessoal e Encargos

A redução de 39,97% na conta de Pessoal e Encargos entre os exercícios de 2023 e 2024 é justificada pela redução do quadro de servidores que compõem a Fundação em decorrência da Lei Estadual nº 24.358/2023.

8.1.4 Nota Explicativa 04 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

A variação diminutiva relacionada a Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos corresponde ao registro de depreciação dos bem móveis e imóveis da instituição no período analisado. No ano de 2024 o valor de desvalorização e perda corresponde a 0,17% do total das variações patrimoniais diminutivas enquanto no de exercício de 2023 esse percentual foi de 38,98%. Isso porque entre os anos de 2022 e 2023 a Fundação promoveu o registro da avaliação de seus imóveis no Módulo de Gestão de Imóveis do Sistema de Administração de Materiais – SIAD. No entanto, conforme esclarecido na 5.5.1 Nota Explicativa 11 - Reserva de Avaliação, esses valores não foram contabilizados de maneira adequada e serão inseridos corretamente após adaptação do sistema.

9 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa representa a movimentação ocorrida na conta Caixa Equivalentes de Caixa, o que é demonstrado pelos ingressos e desembolsos dos recursos financeiros.

Tabela 28 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
DESCRIÇÃO		EXERCÍCIO 2024	EXERCÍCIO 2023
INGRESSOS		7862435,75	11141736,33
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		31,38	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		61126,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/RP		7277589,09	8280351,18
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		523689,28	2861385,15
DESEMBOLSOS		8092658,50	10904234,15
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS		6269195,03	9821057,66
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		1823463,47	1083176,49
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		-230222,75	237502,18
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
DESCRIÇÃO		EXERCÍCIO 2024	EXERCÍCIO 2023
INGRESSOS		66548,26	19591,94
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	11610,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/RP		66548,26	7981,94
DESEMBOLSOS		176074,97	16003,98
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		176074,97	16003,98
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-109526,71	3587,96
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
DESCRIÇÃO		EXERCÍCIO 2024	EXERCÍCIO 2023
INGRESSOS		0,00	91534,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDAS		0,00	91534,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		0,00	91534,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		-339749,46	332624,14

Em 2024 houve o ingresso total de R\$ 7.928.984,01, sendo 91,78% referente a TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/RP. Os desembolsos somaram R\$ 8.268.733,47, sendo que 75,82% destes estão vinculados às despesas com pessoal e demais despesas. Como resultado, o fluxo de caixa líquido do exercício de 2024 apresentou uma geração líquida negativa de R\$ 339.749,46, representando uma variação de -202,14% em relação à geração líquida positiva de R\$ 332.624,14 observada em 2023.

FUNDAÇÃO
EDUCACIONAL CAIO
MARTINS:191697130
00101

Assinado de forma digital por
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL
CAIO
MARTINS:19169713000101
Dados: 2025.04.23 11:58:17
-03'00'